

Câmara Municipal de Ouro Preto
PROT. 000
12 11 97
475/97
Legislação



AO EXMº SR. PRESIDENTE:

Segue o presente processo montado nesta seção
através dos documentos em anexo ao mesmo

Em, 12-11-97

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
Legislação
Deivaldo Jesus dos Santos
Seção Protocolo
Port. 039/GP/CMOP/OO/97

Seu Excmo. Diretor Legislativo/Cunha;

De Ordem do Excmo. Sr. Presidente/
Cmopo, segue o Presente Processo Contido o
Ofício nº 039/GAB/97 de 12. 11. 97, que trata-se
do veto ao Projeto de Lei nº 189/97, Para que
leve ao conhecimento dos nobres Pares em
Plenário/Cmopo.

Em, 12. 11. 97

CF
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
Celson Cabral de Souza
Secretário Geral
Port. 039/GP/CMOP/OO/97

AO Plenário;

Segue o Presente Para
Conhecimento dos nobres Senhores.
Senhores.

Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste
Preto do Oeste
Serv. de Protocolo
Recebido Em 13/11/97
Horas: 18:00
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
SUS dos Santos
Port. 039/OP/CMOPO/RO/97

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
COORDENADORIA DE GABINETE

OFÍCIO Nº 659 GAB/97

Em, 12 de novembro de 1997

Senhor Presidente,

Através deste, informo à Vossa Excelência após a análise ao Projeto de Lei nº 189, de 11 de novembro de 1997, sobre o veto, cujas razões seguem adiante.

O projeto de lei 189, que concede reajuste salarial aos servidores públicos municipais, extensivo aos do Poder Legislativo, Funder e IPAM, apesar de atender aos anseios de toda comunidade dos funcionários públicos, deixa de atender aos anseios legais e constitucionais. Trata-se de matéria, cuja iniciativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, não sendo possível permitir ou delegar a outrem esta competência.

Doravante se poderia dizer que, como trata-se de matéria de interesse geral, o Poder Legislativo poderia autorizar a concessão, do reajuste. Mas, pelo teor do Projeto de Lei, depreende-se que a matéria não é somente autorizativa, mas concessiva, o que por si só, também não deixaria de estar eivada de inconstitucionalidade. A matéria concede o reajuste.

Por não observar as regras jurídicas e legais, encontra-se o Projeto de Lei nº 189/97 eivado de inconstitucionalidade por ferir o princípio da iniciativa privativa e da autonomia do Poder Executivo. Afronta, também, a Lei Orgânica do Município nestes mesmos princípios.

É com este raciocínio que veto na íntegra, por ilegal e inconstitucional, o Projeto de Lei nº 189, de 11 de setembro de 1997, sobre o qual aguardo a aprovação de Vossas Excelências, por ser medida de extrema Justiça. ✓

Atenciosamente.


Carlos Magno Ramos
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA

Quorum 12 FAVOR / 08 CONTRA
Sessão Ordinária Horas: 19:00
Em 01/12/1997

Ao
Excelentíssimo Senhor
JOSÉ JOVIAL PASCOAL DA SILVA
DD. Presidente da Câmara Municipal
Ouro Preto do Oeste - Rondônia

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
ASSESSORIA JURÍDICA



Veto ao Projeto de Lei nº 189/97 de 11 de Setembro de 1997.

**Assunto: " CONCEDE REAJUSTE SALÁRIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS, EXTENSIVO AO PODER LEGISLATIVO, FUNDER E
IPAM. "**

PARECER TÉCNICO - JURÍDICO Nº 177/97

O presente Veto ao Projeto supra mencionado deve a
nosso sentir ser mantido pelas razões adiante expostas:

1º) O projeto autorizativo quando o mesmo é de competen-
cia privativa do Executivo, conforme a questão presente.

Nos termos do Art. 36 parágrafo único Inciso I da Lei
Orgânica Municipal, a competência para aumentar remunerações no
âmbito Municipal é do Prefeito.


O Veto é claro quando o mesmo ~~não~~ delega tal
competência ao poder legislativo. *Não*

Assim sendo resta nesta matéria ao Legislativo fazer
Indicações sobre a real necessidade do aumento de remunerações.

Estas são as razões que nos levam a aceitar juridicamente
o Veto e ser de parecer que o mesmo seja mantido.

É nosso parecer;

Sala da assessoria, aos 18 de Novembro de 1.997.



JOSÉ MARTINS DOS ANJOS
ASSESSOR - JURÍDICO

ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA

Quorum 13 FAVOR / 01 CONTRA
Sessão ORDINÁRIA Horas: 19:00
Em 01 / 12 / 1997

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

VETO AO PROJETO DE LEI Nº189/97

DE 11 DE SETEMBRO DE 1997.

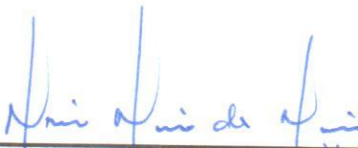
**ASSUNTO: " CONCEDE REAJUSTE SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS, EXTENSIVO AO PODER LEGISLATIVO, FUNDER E
IPAM."**

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº056/97.

Após avaliação e análise ao Veto do Executivo ao Projeto de Lei nº189 de 11 de novembro de 1997, somos de parecer que o mesmo deva retornar ao plenário para sua apreciação.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 20 de Novembro de 1997.



MÁRIO MÁRCIO DE MORAES
PRESIDENTE



ALMIR BARBOSA
RELATOR

Do Arquivo Geral;

Segue o presente processo
para ser arquivado, uma vez que
foi mantido o voto.

EM, 30-12-97

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

Rubens José Vittorazi

Dir Div Legislativa
Port 050/GP/CMOPO/9